

## Aprovados anteprojetos que transformam cargos vagos de juiz federal substituto



O Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou por unanimidade, na sessão do dia 16 de abril, os dois anteprojetos de lei que dispõem sobre a transformação de cargos vagos de juiz federal substituto, no quadro permanente da Justiça Federal da 1ª e da 3ª Regiões, em cargos de desembargador de Tribunal Regional Federal (TRF).

As medidas aprovadas alteram as Leis nº 9.967 e nº 9.968, ambas de 10 de maio de 2000, que dispõem sobre as reestruturações dos TRFs das cinco

regiões, e do TRF3, respectivamente. Os anteprojetos transformam 24 cargos vagos de juiz federal substituto em 21 cargos de desembargador no TRF1, e cinco cargos de juiz substituto em quatro cargos de desembargador no TRF3. Uma das fundamentações que basearam as propostas foi a abrangência dos TRFs, principalmente o da 1ª Região, com grande parte do território nacional sob sua jurisdição.

A relatora dos processos, ministra Isabel Gallotti, explicou que os proje-

tos foram encaminhados pelas próprias Presidências do TRF1 e do TRF3. Segundo ela, o pedido “atende ao princípio constitucional da eficiência, já que a proposta visa a melhorar a prestação jurisdicional, sem ampliar a estrutura de cargos de servidores, mas mediante a redistribuição dos já existentes”, disse.

De acordo com a ministra, essa nova redistribuição vai aumentar a produtividade da Justiça Federal da 1ª e da 3ª Regiões. Consequentemente, vai contribuir com a diminuição das taxas de congestionamento processual nas respectivas localidades. “Além disso, a proposta se harmoniza com o congelamento de despesas públicas, a partir do qual a Presidência do CJF mantém sobrestados os pedidos de aumentos de despesas de pessoal para criação de novas unidades judiciais”.

Para Isabel Gallotti, cabe, agora – aos magistrados – aperfeiçoar a logística de prestação jurisdicional idealizada pelo legislador constituinte. “O benefício mesmo vai ser do jurisdicionado, porque é difícil a situação, sobretudo no âmbito da Justiça Federal, em que há o duplo grau de jurisdição. [...] Então, de nada adianta que sejam julgadas em 1ª instância, e esses processos tenham por destino incrementar o acervo nos gabinetes (2ª instância), que é invencível, atualmente, e continuará extremamente grave. Mas, é tudo isso que é possível propor sem aumento de custos, já que qualquer aumento de gasto (no Poder Judiciário) encontra um obstáculo intransponível”, concluiu.

Após a aprovação pelo Colegiado, cabe agora ao CJF enviar os anteprojetos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para encaminhamento.

Fonte: CJF

## SJBA recebe palestra sobre Funpresp-Jud na próxima terça-feira (24)



As novas regras de aposentadoria, migração, cálculo do benefício especial e Plano de Benefícios da Funpresp-Jud serão apresentados no auditório Ministro Dias Trindade desta Seccional, no dia 24 de abril, a partir das 14h. O evento é voltado para juízes e servidores do Poder Judiciário.

O curso será ministrado pelo servidor da carreira do Ministério Público da União, graduado em Ciências Contábeis e Direito, Edmilson das Chagas. Sua apresentação abordará a proposta de Reforma da Previdência (PEC 287/2016); a migração de regime; o cálculo do benefício especial e a Funpresp-Jud, bem como o plano de benefícios como principal alternativa de investimento para complementar a renda na aposentadoria dos membros e servidores do Poder Judiciário.

Por meio de apresentação expositiva, com estudo de casos, o também especialista em Direito Público e em Gestão Executiva de Entidades Fechadas de Previdência Complementar – Fundos de Pensão, irá apresentar a necessidade de acumular capital para a aposentadoria satisfatória frente às propostas de alteração das regras do regime próprio de previdência do servidor público; alertar sobre a possibilidade de migração de regime de previdência e sobre o cálculo do benefício especial; e conscientizar os membros e servidores da importância de ter um Plano de Benefícios da Funpresp-Jud para complementar a renda na aposentadoria.

### Aniversariantes

**Hoje:** Andrea Braga di Tullio Gomes (10ª Vara), Soloney Lopes Valois (NUCOM), Denilson Santos Souza de Oliveira (13ª Vara), Jandir Suzart de Oliveira (CS Gestão & Serviço), Arleide Barreto Santos (Caixa Econômica), Raimundo Santana Oliveira Junior e Jose Carlos Pereira Macedo (ambos de Teixeira de Freitas). **Amanhã:** Denilson Matos de Araújo (12ª Vara), Nara Lúcia Rodrigues Borges Rocha (Feira de Santana), Allan Klenisson de Carvalho Oliveira (Juazeiro), Divino Mendonça de Almeida (Teixeira de Freitas), Ursula Susanne Specht (Turma Recursal) e Leonardo dos Santos Gonzaga (Pro-Social). **Domingo:** Claudio Araujo de Souza (NUCJU), Ducival Miranda Cordeiro (2ª Vara), Joaquim Pinheiro de Sousa Filho (Barreiras), Fernanda Barberino Pereira (14ª Vara), Juliana do Nascimento Zanella (Teixeira de Freitas), Marcelo Gomes De Souza (Mega Service) e Jussara de Jesus Prado (Pro-Social). **Segunda-feira:** Luciano Beckerath Peixoto da Silva (15ª Vara), Jorge Antônio Costa e Silva (Turma Recursal) e Albertina de Jesus (CS Gestão & Serviço).

**Parabéns!**

## Mutirão da 22ª Vara totaliza mais de 16 milhões em acordos de RPVs

A 22ª Vara da Seção Judiciária da Bahia realizou, do dia 15 de janeiro à 28 de março, um mutirão de Requisições de Pequeno Valor (RPVs), onde se expediu o montante de 1.355 ações e, segundo relatório estatístico das requisições, totalizaram o montante de R\$ 16.361.412,09. Confira:

Juiz	Quantidade de RPVs	Valor Estimado
Durval Carneiro Neto	654	7.831.188,88
Marianne B. Sathler Borré	701	8.530.223,21
<b>TOTAL</b>	<b>1.355</b>	<b>16,361,412,09</b>

Os juízes federais Durval Carneiro Neto e Marianne Bezerra Sathler Borré parabenizam toda a equipe (servidores e estagiários) da 22ª Vara, que, coordenada pelo diretor de secretaria Allan Emmanuel da Silva Ribeiro, desempenharam um excelente trabalho em regime de mutirão.

Dr. Durval declarou estar satisfeito com a equipe que, além de entrosada, é muito responsável e dedicada, enquanto a Dra. Marianne ressaltou a importância da iniciativa para o jurisdicionado e para a vara, pois representa medida de efetivação da prestação jurisdicional, com reflexos na redução do acervo, destacando, por fim, a motivação e o empenho da equipe envolvida.

Já o diretor Allan Emmanuel pontuou que, mesmo com a deficiência no quadro de servidores e a constante lentidão nos sistemas informatizados, mostra-se satisfeito e confiante para, com o apoio de todos, continuar nesse ritmo durante o ano inteiro, objetivando, além da baixa do acervo, dar uma resposta rápida e satisfatória aos jurisdicionados.